

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1006792-45.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Reintegração / Manutenção de Posse - Posse
Requerente:	Lucelena Laguna Possente
Requerido:	Gislene Martins Henrique e outros

LUCELENA LAGUNA POSSENTE ajuizou ação contra **GISLENE MARTINS HENRIQUE**, pedindo a reintegração na posse do imóvel situado na Rua Vereador Antonio Silva, nº 247, nesta cidade, haja vista a invasão e ocupação ocorrida no local, bem como a condenação da ré ao pagamento dos danos eventualmente causados no imóvel.

Indeferiu-se a reintegração liminar na posse do imóvel, razão pela qual a autora interpôs recurso de agravo.

A citação não foi efetivada, pois a ré não foi localizada no local.

A autora pleiteou a emenda à petição inicial a fim de incluir no polo passivo os atuais ocupantes do imóvel, o que foi deferido por este juízo. Contudo, foi mantida a decisão que indeferiu a concessão da medida liminar, fato que motivou nova interposição de recurso pela autora.

Os réus Mayara Aparecida Ribeiro Chiesa e Marcelo Zinetti foram citados e não apresentaram defesa.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela autora na petição inicial, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (artigo 344 do Código de Processo Civil). Ademais, além dos documentos juntados aos autos comprovarem a posse exercida pela autora sobre o imóvel, não há qualquer indício da existência de título jurídico autorizador da posse ora exercida pelos réus.

Não se descarta a hipótese de produção de danos no imóvel, pela ocupação indevida, ilação que se tem por verdadeira perante a revelia verificada. Daí o acolhimento

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjst.jus.br

também do pedido indenizatório.

Concede-se agora a antecipação da tutela, à vista dos elementos probatórios coligidos nos autos, porquanto a manutenção da posse indevida pelos réus prejudica o direito da autora e coloca em risco a conservação da coisa.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para decretar a reintegração da autora na posse do imóvel, concedendo agora, inclusive, a antecipação da tutela pleiteada ao início da lide. Expeça-se mandado, desde logo, assinando aos réus o prazo de quinze dias para desocupação voluntária do imóvel.

Ao mesmo tempo, condeno os réus a indenizarem a autora por danos produzidos no imóvel no período de ocupação, conforme se apurar em fase de cumprimento de sentença.

Encaminhe-se cópia desta sentença ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo, a fim de instruir os recursos de agravo interpostos pela autora.

Condeno os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios das patronas da autora fixados em R\$ 1.000,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de dezembro de 2016.

 Assinatura manuscrita de Carlos Castilho Aguiar França, Juiz de Direito.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA